

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e/ou de suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

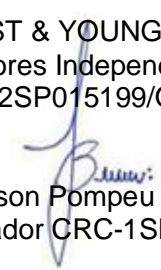
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e/ou de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e/ou suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.368	4.088	43.878	36.053
Contas a receber	6	26.276	31.353	110.459	110.243
Tributos a recuperar		3.121	3.009	7.495	7.447
Adiantamentos a funcionários		-	151	-	563
Outros créditos		2.380	2.483	7.219	8.554
Total do ativo circulante		40.145	41.084	169.051	162.860
Não circulante					
Contas a receber	6	886	-	1.787	-
Partes relacionadas	14	750	-	-	-
Depósitos judiciais		3.668	5.143	8.856	8.689
Investimentos	7	451.986	411.021	122	-
Imobilizado, líquido	8	18.082	17.211	158.847	122.839
Intangível, líquido	9	4.066	1.820	442.818	453.078
Total do ativo não circulante		479.438	435.195	612.430	584.606
Total do ativo		519.583	476.279	781.481	747.466

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	27.217	45.486	33.510	174.479
Debêntures	11	15.621	337	15.976	337
Fornecedores		8.474	5.976	20.204	14.647
Obrigações trabalhistas	12	17.083	14.952	43.636	40.485
Obrigações tributárias	13	4.869	4.194	21.270	20.108
Dividendos a pagar		18.093	19.220	18.093	19.220
Adiantamento de clientes		3.195	3.201	11.873	11.710
Obrigações por aquisições de participações societárias	16	-	-	3.223	5.026
Outras contas a pagar		467	465	636	795
Total do passivo circulante		95.019	93.831	168.421	286.807
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	34.352	28.538	41.494	39.980
Debêntures	11	69.802	85.000	191.324	85.000
Obrigações tributárias	13	139	229	32.489	35.604
Provisão para demandas judiciais	15	6.282	4.954	18.373	17.909
Obrigações por aquisição de participações societárias	16	-	-	7.500	10.000
Outras contas a pagar		1.042	1.362	8.933	9.801
Total do passivo não circulante		111.617	120.083	300.113	198.294
Patrimônio líquido					
Capital social	17	68.372	30.489	68.372	30.489
Ações em tesouraria	17	-	(1.463)	-	(1.463)
Reservas de capital	17	176.203	202.850	176.203	202.850
Reservas de lucros	17	68.372	30.489	68.372	30.489
Total do patrimônio líquido		312.947	262.365	312.947	262.365
Total do passivo e patrimônio líquido		519.583	476.279	781.481	747.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	21	253.785	230.107	873.530	688.983
Custo dos serviços prestados	22	(182.918)	(165.509)	(525.566)	(403.730)
Lucro bruto		70.867	64.598	347.964	285.253
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	22	(59.286)	(52.865)	(147.368)	(117.729)
Depreciação e amortização	22	(5.679)	(5.895)	(32.297)	(25.464)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	(12.679)	(12.725)	(35.943)	(31.061)
Resultado de equivalência patrimonial	7	111.600	109.848	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(1.400)	3.824	1.701	5.456
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		103.423	106.785	134.057	116.455
Receitas financeiras	23	1.743	1.246	7.044	4.762
Despesas financeiras	23	(28.985)	(27.105)	(63.564)	(39.534)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.181	80.926	77.537	81.683
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	(1.356)	(757)
Lucro líquido do exercício		76.181	80.926	76.181	80.926
Média ponderada das ações no exercício	18	7.656.710	7.661.456		
Lucro básico e diluído por ação em reais	18	10,15	10,56		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	76.181	80.926	76.181	80.926
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	76.181	80.926	76.181	80.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	Reserva de capital					Reserva de lucros				Total	
	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	489	-	164.967	41.639	206.606	391	98	489	-	207.584	
Aumento de capital	17.a	30.000	-	-	(30.000)	(30.000)	-	-	-	-	
Ações em tesouraria	17.b	-	(1.463)	-	-	-	-	-	-	(1.463)	
Destinação do resultado do exercício de 2014											
Pagamento de dividendos adicionais	17.e	-	-	-	(5.462)	(5.462)	-	-	-	(5.462)	
Retenção de lucros		-	-	-	(4.036)	(4.036)	4.036	-	4.036	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	80.926	80.926	
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	17.c	-	-	-	(2.141)	(2.141)	-	6.187	6.187	(4.046)	
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.220)	
Transferência para reserva para futuro aumento de capital	17.d	-	-	-	37.883	37.883	-	-	-	(37.883)	
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	19.777	-	19.777	(19.777)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		30.489	(1.463)	164.967	37.883	202.850	24.204	6.285	30.489	-	262.365
Aumento de capital	17.a	37.883	-	-	(37.883)	(37.883)	-	-	-	-	
Ações em tesouraria	17.b	-	(1.526)	-	-	-	-	-	-	(1.526)	
Cancelamento das ações em tesouraria	17.b	-	2.989	(2.989)	-	(2.989)	-	-	-	-	
Pagamento de dividendos adicionais propostos	17.f	-	-	-	-	-	(5.980)	-	(5.980)	(5.980)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	76.181	76.181	
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	17.c	-	-	-	-	-	-	3.809	3.809	(3.809)	
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.093)	
Transferência para reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	14.225	14.225	-	-	-	(14.225)	
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	40.054	-	40.054	(40.054)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		68.372	-	161.978	14.225	176.203	58.278	10.094	68.372	-	312.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	76.181	80.926	77.537	81.683
Resultado de equivalência patrimonial	(111.600)	(109.848)	-	-
Depreciação e amortização	5.679	5.895	32.297	25.464
Amortização do custo de captação	54	54	120	54
Encargos financeiros sobre financiamentos	11.791	12.906	23.195	17.166
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	-	-	1.054	26
Juros de debêntures	13.184	12.496	25.971	12.496
Provisão para demanda judicial	1.328	(986)	464	739
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.679	12.725	35.943	31.061
Baixa de imobilizado e intangível	-	197	82	3.053
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(8.488)	(21.082)	(37.946)	(59.727)
Adiantamento a funcionários	151	(7)	563	(305)
Depósitos judiciais	1.475	(4.103)	(167)	(5.633)
Outros créditos	103	(790)	1.335	(3.618)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	2.501	2.014	5.557	7.595
Obrigações trabalhistas	2.132	1.507	3.151	991
Obrigações tributárias	473	393	(1.790)	(4.969)
Mensalidades antecipadas	(6)	(1.067)	163	(73)
Outras contas a pagar	(318)	(1.500)	(1.252)	(4.697)
	7.319	(10.270)	166.277	101.306
Imposto de renda e contribuição social pagos				
	-	(19)	(1.567)	(1.482)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
	7.319	(10.289)	164.710	99.824
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	85.500	60.965	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	190	-	-
Aquisição da FASS, líquida de caixa adquirido	-	-	-	(7.549)
Aquisição do Colégio São Sebastião, líquida de caixa adquirido	-	-	-	(3.298)
Aquisição da CEUNSP	-	-	-	(100.861)
Obrigações por aquisição societária	-	-	(5.357)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.810)	(6.620)	-	-
Acrécimo no imobilizado	(4.970)	(2.503)	(53.573)	(36.708)
Acrécimo no intangível	(3.885)	(935)	(4.455)	(1.889)
	61.835	51.097	(63.385)	(150.305)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ações em tesouraria	(1.526)	(1.463)	(1.526)	(1.463)
Dividendos pagos	(25.200)	(16.200)	(25.200)	(16.200)
Empréstimos e financiamentos pagos	(39.246)	(37.893)	(55.985)	(44.798)
Captação de empréstimos e financiamentos	15.000	28.349	15.291	151.162
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(13.152)	(12.361)	(26.080)	(12.361)
Partes relacionadas	(750)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(64.874)	(39.568)	(93.500)	76.340
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.280	1.240	7.825	25.859
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4.088	2.848	36.053	10.194
No fim do exercício	8.368	4.088	43.878	36.053
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.280	1.240	7.825	25.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com 11 campus e 5 colégios, e eram representados pelas instituições de ensino conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio CTEC, Franca – SP;
- Faculdade São Sebastião – São Sebastião – SP;
- Colégio Objetivo São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Itu – SP;
- Colégio CEUNSP, Itu – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP; e
- Colégio Cidade de Salto.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--continuação

Em 05 de março de 2015, a controlada Sociedade Empresaria de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo"), adquiriu a Faculdade São Sebastião ("FASS") e Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião"), que oferecem cursos na área educacional. Localizada no litoral de São Paulo, a FASS oferece cursos de ensino infantil, ensino médio, ensino fundamental e ensino superior tecnológico presencial e graduação presencial.

Em 23 de dezembro de 2015, a controlada ACEF S.A. ("Unifran") concluiu as negociações da aquisição da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"). CEUNSP é um dos maiores complexos educacionais do país, oferece atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2017

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2016	31/12/2015
Participação Direta			
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	Brasil	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	Brasil	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda. ("Unicid" ou "SECID")	Brasil	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran")	Brasil	99,99%	99,99%
Participação Indireta			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	Brasil	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	Brasil	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	Brasil	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, somada ao valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.2. Combinação de negócios--continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou de suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida estiverem relacionados a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.4. Reconhecimento de receita--continuação

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Tributos

Em decorrência da alteração da forma jurídica da Companhia, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de 1º de outubro de 2011:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto Sobre Serviços ("ISS");
- (ii) Incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o lucro real anual, ajustado pelo cálculo do lucro da exploração.
- (iii) Incidência de PIS e COFINS cumulativo e não cumulativo sobre a receita bruta mensal, exceto as isentas pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos).

A Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. não possui nenhum benefício fiscal e efetua sua tributação normalmente com as taxas usuais, sendo tributada pelo lucro real anual.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Tributos--continuação

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Tributos--continuação

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem investimentos mantidos até o vencimento ou investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38.

Derivativos e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- São transferidos seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) não foram transferidos nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que fosse amortizado, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e/ou suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e/ou suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia e/ou suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e/ou suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.8. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e/ou suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps, para fornecer proteção contra o risco de variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia e/ou suas controladas classificam suas operações como hedge de valor justo, pois tais operações fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia e/ou suas controladas classificam formalmente e documentam a relação de hedge à qual se deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.8. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge--continuação

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de swap com o objetivo de proteger a exposição a variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10. Investimento em controladas--continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.11. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.11. Imobilizado--continuação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.12. Arrendamento mercantil--continuação

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.13. Ativos intangíveis--continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros --continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais quando for provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.19. Informação por segmento

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria, por exemplo) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda deve ser reconhecido no resultado na compra, venda emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Montantes pagos ou recebidos são contabilizados diretamente no patrimônio.

2.21 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9.

A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia encontra-se em fase inicial da adoção do IFRS 9 no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma, identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificados quaisquer efeitos materiais que requerem qualquer divulgação adicional.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--continuação

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito e troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia encontra-se em fase inicial da adoção do IFRS 15 no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma, identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificados quaisquer efeitos materiais que requeressem qualquer divulgação adicional.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--continuação

IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 e a Companhia encontra-se em fase de definição se essas alterações serão adotadas na elaboração das demonstrações financeiras a findar-se em 31 de dezembro de 2017.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4. Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.21. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--continuação

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil--continuação

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --continuação

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

4. Combinação de negócios

4.1. Faculdade São Sebastião

a) Aquisição

Em 05 de março de 2015 a Módulo concretizou a aquisição de 100% das cotas da Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS").

A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse em expandir sua operação na área de atuação da adquirida. Não houve a necessidade de aprovação do CADE devido ao valor da operação.

O preço pago foi de R\$ 7.706, quitado em uma única parcela no dia 5 de março de 2015.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.1. Faculdade São Sebastião--continuação

b) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da FASS, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Descrição	R\$	Ajuste Ágio (a)	Ajustado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	157	-	157
Contas a receber	299	-	299
Outros ativos	90	-	90
Imobilizado	1.351	-	1.351
Intangíveis			
Carteira de alunos	509	-	509
Cláusula de não concorrência	899	-	899
	3.305	-	3.305
Passivo			
Fornecedores	(47)	-	(47)
Empréstimos e financiamentos	(719)	-	(719)
Outros passivos	(2.340)	(221)	(2.561)
	(3.106)	(221)	(3.327)
Total de ativos identificáveis líquidos	199	(221)	(22)
Ágio	7.507	221	7.728
Total da contraprestação	7.706	-	7.706

(a) A Companhia concluiu suas análises para definição do valor justo dos ativos adquiridos e por consequência realizou os devidos ajustes previstos no CPC 15 relacionado ao período de revisão de até um ano da data de aquisição.

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados da Módulo e FASS.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de alunos	509	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	899	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da FASS

	Março/2015
Preço de aquisição pago em caixa	7.706
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(157)
Desembolso líquido de caixa	7.549

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FASS, a partir de março de 2015, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 05 de março de 2015.

Desde a data de aquisição, a FASS contribuiu com uma receita líquida de R\$ 5.579 e lucro líquido de R\$ 230. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 690.313 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 81.023.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$237, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada Módulo possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FASS.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.2. Colégio São Sebastião

a) Aquisição

Em 05 de março de 2015, a Módulo concretizou a aquisição de 100% das cotas do Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. (“Colégio São Sebastião”).

A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse em expandir sua operação na área de atuação da adquirida.

Não houve a necessidade de aprovação do CADE devido ao valor da operação. O preço pago foi de R\$3.328, efetuado em uma única parcela no dia 5 de março de 2015.

b) Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	30
Contas a receber	20
Outros ativos	-
Imobilizado	9
Intangíveis	
Carteira de alunos	936
Cláusula de não concorrência	282
	<u>1.277</u>
Passivo	
Fornecedores	(11)
Empréstimos e financiamentos	(16)
Outros passivos	(950)
	<u>(977)</u>
Total de ativos identificáveis líquidos	300
Ágio	3.028
Total da contraprestação	<u>3.328</u>

A Companhia concluiu suas análises para definição do valor justo dos ativos e não identificou ajustes a serem realizados em relação aos valores inicialmente identificados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.2. Colégio São Sebastião--continuação

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados da Módulo e Colégio São Sebastião. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>	<u>Método</u>	<u>Prazo esperado de amortização</u>
Carteira de alunos	936	Método de "rendimentos excedentes"	9 anos
Cláusula de não concorrência	282	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	<u>Março/2015</u>
Preço de aquisição pago em caixa	3.328
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(30)
Desembolso líquido de caixa	3.298

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Colégio São Sebastião, a partir de março de 2015, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 05 de março de 2015.

Desde a data de aquisição, a adquirida contribuiu com o reconhecimento de receita líquida de R\$ 2.200 e prejuízo de R\$ 409. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 689.615 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 80.720.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.2. Colégio São Sebastião--continuação

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada Módulo possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros relativos a contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição do Colégio São Sebastião.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$102, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

4.3. CEUNSP

a) Aquisição

Em 23 de dezembro de 2015 a ACEF concretizou a aquisição de 100% das cotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"). Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 24 de novembro de 2015.

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor desembolsado na data da aquisição	101.550
A serem pagos de forma parcelada	<u>15.000</u>
Total da contraprestação	<u>116.550</u>

b) Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, é apresentado a seguir:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.3. CEUNSP--continuação

Descrição	R\$	Ajuste Ágio (a)	Ajustado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	689	-	689
Contas a receber	3.473	-	3.473
Outros ativos	1.720	-	1.720
Imobilizado	66.239	(25.564)	40.675
Intangível			
Marca	10.787	-	10.787
Carteira de alunos	3.849	2.233	6.082
Cláusula de não concorrência	8.171	-	8.171
	94.928	(23.331)	71.597
Passivo			
Fornecedores	(989)	-	(989)
Empréstimos e financiamentos	(16.242)	-	(16.242)
Outros passivos	(8.797)	-	(8.797)
	(26.028)	-	(26.028)
Total de ativos identificáveis líquidos	68.900	(23.331)	45.569
Ágio	47.650	23.331	70.981
Total da contraprestação	116.550	-	116.550

- (a) A Companhia concluiu suas análises para definição do valor justo dos ativos adquiridos e por consequência realizou os devidos ajustes previstos no CPC 15 relacionado ao período de revisão de até um ano da data de aquisição.

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da CEUNSP. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos identificados na combinação de negócios

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Imóvel (Edificação)	7.682	"Método de quantificação de custo"	25 anos
Imóvel (Terreno)	10.871	"Método comparativo de dados de mercado"	-
Móveis e utensílios	166	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	8 anos
Máquinas e equipamentos	1.272	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	11 anos
Bens móveis	1.029	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	3 anos
Marca	10.261	"Método da economia royalties"	50 anos
Carteira de alunos	6.082	"Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	8.171	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

4.3. CEUNSP--continuação

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquido na aquisição da CEUNSP

	<u>Dezembro/2015</u>
Preço de aquisição pago em caixa na data da aquisição	101.550
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(689)</u>
Desembolso líquido de caixa em 2015	<u>100.861</u>

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios gerados pela CEUNSP, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 23 de dezembro de 2015, sendo as transações entre 24 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 imateriais. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$ 763.323 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 76.203.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$315, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada ACEF possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da CEUNSP.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	57	33	142	215
Equivalentes de caixa	8.311	4.055	43.736	35.838
Total	8.368	4.088	43.878	36.053

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mensalidades	(a)	54.582	49.724	158.014	133.901
Crédito universitário	(b)	4.520	11.088	39.387	52.416
Acordos em andamento	(c)	10.345	9.223	30.314	26.260
Outras contas a receber		2.881	1.623	10.144	4.467
Subtotal		72.328	71.658	237.859	217.044
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(45.166)	(40.305)	(125.613)	(106.801)
Total		27.162	31.353	112.246	110.243
Ativo circulante		26.276	31.353	110.459	110.243
Ativo não circulante		886	-	1.787	-

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber --continuação

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e suas controladas constituem provisão integral para os títulos vencidos acima de 180 dias.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2014	27.580	67.279
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.725	31.061
Aquisição da CEUNSP	-	8.461
Saldos em 31/12/2015	40.305	106.801
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.679	35.943
Baixa para perdas	(7.818)	(17.131)
Saldos em 31/12/2016	45.166	125.613

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber --continuação

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
A vencer				
Crédito universitário	4.520	6%	11.088	15%
Acordos em andamento	2.200	3%	1.814	3%
Outras contas a receber	2.881	4%	1.623	2%
Vencidos				
Até 180 dias	17.561	24%	16.828	23%
Acima de 180 dias	45.166	62%	40.305	56%
Total	72.328	100%	71.658	100%

	Consolidado			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
A vencer				
Crédito universitário	39.387	17%	52.416	25%
Mensalidades a receber	60	0%	474	0%
Acordos em andamento	5.532	2%	4.520	2%
Outras contas a receber	10.144	4%	4.467	2%
Vencidos				
Até 180 dias	57.123	24%	48.366	22%
Acima de 180 dias	125.613	53%	106.801	49%
Total	237.859	100%	217.044	100%

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Sociedade Cível de Educação e Cultura do Litoral Norte Ltda. (Módulo)	(1.986)	1.005	-	-
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (UDF)	44.025	26.574	-	-
Soc. Educ. Cidade de São Paulo Ltda. (Unicid)	22.323	7.154	-	-
ACEF S.A. (Unifran)	34.045	28.393	-	-
	98.407	63.126	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Módulo	9.026	9.026	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da UDF	43.251	43.251	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unicid	153.602	157.857	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unifran	126.215	131.141	-	-
	332.094	341.275	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na Módulo	15.730	6.620	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na Unifran	5.700	-	-	-
Total	451.931	411.021	-	-
Acervo Histórico	55	-	122	-
Total	451.986	411.021	122	-

b) Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.054	54.744	164.373	146.401	376.572
Equivalência patrimonial	(1.023)	31.547	42.274	47.069	119.867
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(4.254)	(5.765)	(10.019)
Equivalência patrimonial total	(1.023)	31.547	38.020	41.304	109.848
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.620	-	-	-	6.620
Distribuição de lucros	-	(16.466)	(37.382)	(28.171)	(82.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.651	69.825	165.011	159.534	411.021
Equivalência patrimonial	(2.991)	39.051	51.969	32.752	120.781
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(4.255)	(4.926)	(9.181)
Equivalência patrimonial total	(2.991)	39.051	47.714	27.826	111.600
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.110	-	-	5.700	14.810
Distribuição de lucros	-	(21.600)	(36.800)	(27.100)	(85.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	22.770	87.276	175.925	165.960	451.931

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2015			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	6.602	25.156	45.255	44.763
Ativo não circulante	21.610	21.938	22.948	152.662
Total do ativo	28.212	47.094	68.203	197.425
Passivo circulante	8.591	8.986	23.173	152.226
Passivo não circulante	11.996	11.534	37.876	16.806
Patrimônio líquido	7.625	26.574	7.154	28.393
Total do passivo e patrimônio líquido	28.212	47.094	68.203	197.425
Receita líquida	25.721	94.070	183.232	155.853
Custo dos serviços prestados	(14.947)	(42.669)	(104.383)	(76.222)
Despesas operacionais, líquidas	(8.902)	(18.244)	(33.587)	(30.385)
Despesas financeiras, líquidas	(2.803)	(1.048)	(2.922)	(2.140)
Imposto de renda e contribuição social	(92)	(562)	(66)	(37)
Lucro líquido (prejuízo)	(1.023)	31.547	42.274	47.069

	31 de dezembro de 2016			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	4.324	20.622	48.869	46.226
Ativo não circulante	25.966	43.266	33.541	152.028
Total do ativo	30.290	63.888	82.410	198.254
Passivo circulante	6.732	10.927	24.885	23.078
Passivo não circulante	9.814	8.936	35.202	135.431
Patrimônio líquido	13.744	44.025	22.323	39.745
Total do passivo e patrimônio líquido	30.290	63.888	82.410	198.254
Receita líquida	19.446	110.801	222.205	257.321
Custo dos serviços prestados	(11.333)	(50.535)	(123.627)	(144.633)
Despesas operacionais, líquidas	(9.244)	(20.866)	(43.785)	(54.479)
Despesas financeiras, líquidas	(1.860)	(349)	(2.686)	(24.238)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(138)	(1.219)
Lucro líquido (prejuízo)	(2.991)	39.051	51.969	32.752

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	8.974	(6.714)	2.260	8.856	(6.242)	2.614
Equipamentos de informática	20	13.466	(10.909)	2.557	11.891	(10.099)	1.792
Máquinas e equipamentos	10	21.637	(16.366)	5.271	21.050	(15.182)	5.868
Móveis e utensílios	10	12.221	(9.760)	2.461	11.364	(9.234)	2.130
Instalações	10	2.411	(1.852)	559	2.412	(1.651)	761
Benfeitorias	(a)	5.167	(2.069)	3.098	5.099	(1.555)	3.544
Outros	10	2.529	(653)	1.876	973	(471)	502
		66.405	(48.323)	18.082	61.645	(44.434)	17.211

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos		14.452	-	14.452	14.452	-	14.452
Edificações	4	15.786	(790)	14.996	15.786	-	15.786
Acervo bibliográfico	10	31.950	(17.763)	14.187	29.757	(15.427)	14.330
Equipamentos de informática	20	49.890	(36.766)	13.124	43.902	(33.023)	10.879
Máquinas e equipamentos	10	55.801	(34.651)	21.150	49.295	(31.423)	17.872
Móveis e utensílios	10	42.402	(25.309)	17.093	36.161	(22.931)	13.230
Instalações	10	22.391	(18.575)	3.816	22.378	(16.865)	5.513
Benfeitorias	(a)	15.058	(4.338)	10.720	13.238	(2.873)	10.365
Imobilizações em andamento	-	45.607	-	45.607	17.465	-	17.465
Outros	10	5.600	(1.898)	3.702	4.231	(1.284)	2.947
		298.937	(140.090)	158.847	246.665	(123.826)	122.839

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração da movimentação imobilizado é conforme segue:

a) Controladora

	Acervo bibliográfico	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.536	11.627	16.595	10.985	2.392	5.067	4.269	59.471
Adições	320	264	1.292	379	20	32	196	2.503
Baixas	-	-	(28)	-	-	-	(301)	(329)
Transferências	-	-	3.191	-	-	-	(3.191)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.856	11.891	21.050	11.364	2.412	5.099	973	61.645
Adições	118	1.593	708	872	-	-	1.679	4.970
Baixas	-	(18)	(121)	(15)	(1)	-	-	(155)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	(55)	(55)
Transferências	-	-	-	-	-	68	(68)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.974	13.466	21.637	12.221	2.411	5.167	2.529	66.405
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(5.743)	(9.330)	(11.146)	(8.698)	(1.447)	(1.047)	(3.200)	(40.611)
Adições	(499)	(769)	(1.269)	(536)	(204)	(508)	(170)	(3.955)
Baixas	-	-	28	-	-	-	104	132
Transferências	-	-	(2.795)	-	-	-	2.795	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(6.242)	(10.099)	(15.182)	(9.234)	(1.651)	(1.555)	(471)	(44.434)
Adições	(472)	(828)	(1.304)	(538)	(202)	(514)	(182)	(4.040)
Baixas	-	18	120	12	1	-	-	151
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(6.714)	(10.909)	(16.366)	(9.760)	(1.852)	(2.069)	(653)	(48.323)
Total em 31 de dezembro de 2015	2.614	1.792	5.868	2.130	761	3.544	502	17.211
Total em 31 de dezembro de 2016	2.260	2.557	5.271	2.461	559	3.098	1.876	18.082

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Terrenos	Edificações	Acervo bibliográfico	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Benfeitorias	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo											
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	26.442	36.961	38.786	28.520	22.309	10.265	385	7.633	171.301
Adições	-	-	1.997	4.461	3.769	2.842	56	2.670	19.853	1.060	36.708
Baixas	-	-	-	(121)	(185)	(27)	-	-	(2.773)	(273)	(3.379)
Aquisição FAAS	-	-	559	12	150	252	1	303	-	74	1.351
Aquisição Colégio São Sebastião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Aquisição CEUNSP	14.452	15.786	759	2.589	1.646	4.574	12	-	-	857	40.675
Transferências	-	-	-	-	5.129	-	-	-	-	(5.129)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	14.452	15.786	29.757	43.902	49.295	36.161	22.378	13.238	17.465	4.231	246.665
Adições	-	-	2.158	6.099	6.772	6.330	26	-	29.962	2.226	53.573
Baixas	-	-	35	(111)	(266)	(89)	(13)	-	-	(3)	(447)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(854)	(854)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.820	(1.820)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.452	15.786	31.950	49.890	55.801	42.402	22.391	15.058	45.607	5.600	298.937
Depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	(13.335)	(30.576)	(24.311)	(21.232)	(15.063)	(1.717)	-	(5.366)	(111.600)
Adições	-	-	(2.084)	(2.570)	(2.918)	(1.725)	(1.802)	(1.167)	-	(375)	(12.641)
Baixas	-	-	-	123	149	26	-	11	-	106	415
Transferências	-	-	(8)	-	(4.343)	-	-	-	-	4.351	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(15.427)	(33.023)	(31.423)	(22.931)	(16.865)	(2.873)	-	(1.284)	(123.826)
Adições	-	(790)	(2.336)	(3.855)	(3.472)	(2.445)	(1.710)	(1.465)	-	(614)	(16.687)
Baixas	-	-	-	112	244	67	-	-	-	-	423
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(790)	(17.763)	(36.766)	(34.651)	(25.309)	(18.575)	(4.338)	-	(1.898)	(140.090)
Total em 31 de dezembro de 2015	14.452	15.786	14.330	10.879	17.872	13.230	5.513	10.365	17.465	2.947	122.839
Total em 31 de dezembro de 2016	14.452	14.996	14.187	13.124	21.150	17.093	3.816	10.720	45.607	3.702	158.847

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 15.802 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 16.098). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 750 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 6.627) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação dos saldos de ativos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo anterior	16.098	9.995
(+) Adição	750	6.627
(-) Amortização	(1.046)	(524)
Saldo final	15.802	16.098

9. Intangível

a) Controladora

Descrição	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>			
	% taxa de amortização	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização	Líquido	
Softwares	10%	9.291	(5.225)	4.066	6.490	(4.670)	1.820
		9.291	(5.225)	4.066	6.490	(4.670)	1.820

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágios							
Módulo (a)	(b)	9.026	-	9.026	9.026	-	9.026
UDF (a)	(b)	43.251	-	43.251	43.251	-	43.251
Unicid (a)	(b)	126.789	-	126.789	126.789	-	126.789
Unifran (a)	(b)	107.924	-	107.924	107.924	-	107.924
FASS (c)	(b)	7.728	-	7.728	7.507	-	7.507
Colégio São Sebastião (c)	(b)	3.028	-	3.028	3.028	-	3.028
CEUNSP (c)	(b)	70.981	-	70.981	70.981	-	70.981
Outros intangíveis							
Software	10% a.a	12.697	(7.511)	5.186	9.618	(6.105)	3.513
Unicid							
Marca Unicid	4% a.a	13.021	(2.264)	10.757	13.021	(1.750)	11.271
Carteira de alunos - Graduação	23% a.a	15.645	(15.646)	(1)	15.645	(12.104)	3.541
Carteira de alunos - Outros	42% a.a	942	(940)	2	942	(940)	2
Pólos de ensino	20% a.a	996	(881)	115	996	(682)	314
Licenças MEC - Medicina	(b)	15.940	-	15.940	15.940	-	15.940
Unifran							
Marca Unifran	4% a.a	11.652	(1.568)	10.084	11.446	(1.120)	10.326
Carteira de alunos - Graduação	22% a.a	16.507	(12.838)	3.669	16.507	(9.170)	7.337
Carteira de alunos - Outros	53% a.a	3.644	(2.821)	823	3.644	(2.613)	1.031
Pólos de ensino	20% a.a	3.010	(2.109)	901	3.010	(1.507)	1.503
Licenças MEC - Medicina	(b)	3.020	-	3.020	3.020	-	3.020
FASS							
Relacionamento com clientes	20% a.a	509	(187)	322	509	(85)	424
Cláusula de não Concorrência	20% a.a	899	(330)	569	899	(150)	749
Colégio São Sebastião							
Relacionamento com clientes	11% a.a	936	(191)	745	936	(87)	849
Cláusula de não Concorrência	20% a.a	282	(104)	178	282	(47)	235
CEUNSP							
Marca	4% a.a	10.787	(410)	10.377	10.261	-	10.261
Relacionamento com clientes	11% a.a	6.085	(1.216)	4.869	6.085	-	6.085
Cláusula de não concorrência	20% a.a	8.171	(1.636)	6.535	8.171	-	8.171
		493.470	(50.652)	442.818	489.438	(36.360)	453.078

(a) Ágio proveniente das aquisições em exercícios anteriores. Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos";

(b) Ativos intangíveis com vida útil indefinida;

(c) Ágio proveniente das aquisições (vide Nota Explicativa 1). Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos".

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo								
Software	10% a.a.	6.446	935	(891)	6.490	3.885	(1.084)	9.291
Amortização								
Software	10% a.a.	(3.621)	(1.940)	891	(4.670)	(1.639)	1.084	(5.225)
Total		2.825	(1.005)	-	1.820	2.246	-	4.066

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2014	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Reclassificação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo									
Ágio									
Módulo	9.026	-	-	-	9.026	-	-	-	9.026
UDF	43.251	-	-	-	43.251	-	-	-	43.251
Unicid	126.789	-	-	-	126.789	-	-	-	126.789
Unifran	107.924	-	-	-	107.924	-	-	-	107.924
FASS	-	7.507	-	-	7.507	-	221	-	7.728
Colégio São Sebastião	-	3.028	-	-	3.028	-	-	-	3.028
CEUNSP	-	70.981	-	-	70.981	-	-	-	70.981
Alocação do preço de compra - Unifran									
Marca Unifran	11.446	-	-	-	11.446	206	-	-	11.652
Carteira de Alunos - Graduação	16.507	-	-	-	16.507	-	-	-	16.507
Carteira de Alunos - Outros	3.644	-	-	-	3.644	-	-	-	3.644
Pólos de Ensino	3.010	-	-	-	3.010	-	-	-	3.010
Licenças MEC- Medicina	3.020	-	-	-	3.020	-	-	-	3.020
Alocação do preço de compra - Unicid									
Marca Unicid	13.021	-	-	-	13.021	-	-	-	13.021
Carteira de Alunos - Graduação	15.645	-	-	-	15.645	-	-	-	15.645
Carteira de Alunos - Outros	942	-	-	-	942	-	-	-	942
Pólos de Ensino	996	-	-	-	996	-	-	-	996
Licenças MEC- Medicina	15.940	-	-	-	15.940	-	-	-	15.940
Alocação do preço de compra – FASS									
Relacionamento com clientes	-	509	-	-	509	-	-	-	509
Cláusula de não concorrência	-	899	-	-	899	-	-	-	899
Alocação do preço de compra – Colégio São Sebastião									
Relacionamento com clientes	-	936	-	-	936	-	-	-	936
Cláusula de não concorrência	-	282	-	-	282	-	-	-	282
Alocação do preço de compra – CEUNSP									
Marca	-	10.261	-	-	10.261	526	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	-	6.085	-	-	6.085	-	-	-	6.085
Cláusula de não concorrência	-	8.171	-	-	8.171	-	-	-	8.171
Softwares	8.437	272	1.889	(980)	9.618	-	4.455	(1.376)	12.697
Total do Custo	379.598	108.931	1.889	(980)	489.438	732	4.676	(1.376)	493.470

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Movimentação	Saldos em 31/12/2014	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Reclassifi- cação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Amortização										
Alocação do preço de compra - Unifran										
	Marca Unifran	(672)	-	(448)	-	(1.120)	-	(448)	-	(1.568)
	Carteira de alunos - Graduação	(5.502)	-	(3.668)	-	(9.170)	-	(3.668)	-	(12.838)
	Carteira de alunos - Outros	(1.567)	-	(1.046)	-	(2.613)	-	(208)	-	(2.821)
	Pólos de ensino	(905)	-	(602)	-	(1.507)	-	(602)	-	(2.109)
Alocação do preço de compra - Unicid										
	Marca Unicid	(1.238)	-	(512)	-	(1.750)	-	(514)	-	(2.264)
	Carteira de alunos - Graduação	(8.562)	-	(3.542)	-	(12.104)	-	(3.542)	-	(15.646)
	Carteira de alunos - Outros	(940)	-	-	-	(940)	-	-	-	(940)
	Pólos de ensino	(482)	-	(200)	-	(682)	-	(199)	-	(881)
Alocação do preço de compra - FASS										
	Relacionamento com clientes	-	-	(85)	-	(85)	-	(102)	-	(187)
	Cláusula de não concorrência	-	-	(150)	-	(150)	-	(180)	-	(330)
Alocação do preço de compra - Colégio São Sebastião										
	Relacionamento com clientes	-	-	(87)	-	(87)	-	(104)	-	(191)
	Cláusula de não concorrência	-	-	(47)	-	(47)	-	(57)	-	(104)
Alocação do preço de compra - Ceunsp										
	Marca	-	-	-	-	-	-	(410)	-	(410)
	Relacionamento com clientes	-	-	-	-	-	-	(1.216)	-	(1.216)
	Cláusula de não concorrência	-	-	-	-	-	-	(1.636)	-	(1.636)
	Softwares	(4.556)	-	(2.436)	887	(6.105)	-	(2.724)	1.318	(7.511)
	Total da Amortização	(24.424)	-	(12.823)	887	(36.360)	-	(15.610)	1.318	(50.652)
	Total	355.174	108.880	(10.934)	(93)	453.078	732	(10.934)	(58)	442.818

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2016 e 2015)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2016</u>
Módulo	16,3%	9.026
UDF	16,3%	43.251
Unicid	16,3%	126.789
Unifran	16,3%	107.924
FASS	16,3%	7.728
Colégio São Sebastião	16,3%	3.028
CEUNSP	16,3%	70.981

Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 8% e ganhos de margem anuais de 4%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado um taxa de desconto de 16,3% a.a. para um período de projeção de 9 anos e 3 meses a partir da data-base, sem perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 5,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015
Capital de giro	(a) Taxa CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	43.576	50.389
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,38% a.a.	16.337	27.142
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,98% a.a.	223	(5.726)
Conta garantida	(c) Taxa CDI + 6,17% a.a.	441	446
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	992	1.773
		61.569	74.024
Passivo circulante		27.217	45.486
Passivo não circulante		34.352	28.538

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	43.218	50.659
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,38% a.a.	25.689	44.293
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,98% a.a.	537	(11.113)
Conta garantida	(c) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	542	446
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	4.990	8.087
Contratos FINAME	(e) TJPL + taxa pré 0,32% a.m.	28	134
Notas promissórias comerciais	(f) Taxa CDI + taxa pré de 2,85%	-	121.953
		75.004	214.459
Passivo circulante		33.510	174.479
Passivo não circulante		41.494	39.980

- (a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;
- (b) A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida;
- (c) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;
- (d) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;
- (e) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos
- (f) Em 22 de dezembro de 2015, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela ACEF. Em 19 de abril, as Notas Promissórias Comerciais foram resgatadas e houve imediata emissão de Debêntures simples.

As garantias prestadas para os contratos de empréstimos para capital de giro estão compostas por recebíveis, notas promissórias e aval dos acionistas. Há 11.263 quotas de titularidade da Companhia, correspondentes a 98% do capital social da controlada UDF que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A., de acordo com os termos e condições previstos no 2º Instrumento Particular de Aditamento a Cédula de Crédito Bancário, bem como 4.447.462 quotas de titularidade da Companhia, correspondentes a 99,40% do capital social da controlada Módulo que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A., de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. Os contratos de arrendamento mercantil tem como garantia o próprio bem adquirido. O contrato de FINAME junto ao BNDES tem como garantia certos imóveis. As captações de empréstimo em moeda estrangeira tem aval como garantia.

A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2016 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	34.352	36.101
2019	-	2.696
2020	-	2.696
Total	34.352	41.494

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Aquisição da Ceunsp

Em 22 de dezembro de 2015, visando recursos para expansão e aquisição, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela ACEF, no valor de total de R\$ 122.000, sendo cada uma no valor de R\$ 22.400. As Notas Promissórias Comerciais possuem prazo de até 180 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2016. Como garantia da operação foi dado aval pela Companhia. Os gastos com a emissão das referidas notas comerciais foram de R\$ 662 e serão amortizados até a data de vencimento.

Os juros incidentes sobre estas notas comerciais correspondem a 100% da variação do CDI e juros de 2,85% a.a.. Até a data de seus vencimentos, a Companhia e sua controlada ACEF tem como objetivo o resgate destas Notas Promissórias Comerciais e imediata emissão de debêntures simples, em mesmos valores e condições, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Lei 6.385/76, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários No. 566/2015, da Instrução CVM No. 476/09 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis.

Em 19 de abril de 2016, a companhia converteu as notas promissórias em debêntures, foi celebrado “Instrumento particular de contrato de distribuição pública com esforços restritos de colocação (1a. Emissão) de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da Acef S.A., no valor de R\$ 122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (“Valor Nominal Unitário”). Vide nota 11b.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Ceunsp decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da quotas da Ceunsp; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Ceunsp localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

11. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1ª Emissão – Debentures – Cruzeiro do Sul	(a) Taxa CDI + 1,80% a.a.	85.423	85.337	85.423	85.337
1ª Emissão – Debentures – ACEF	(b) Taxa CDI + 2,85% a.a.	-	-	121.877	-
		85.423	85.337	207.300	85.337
Passivo circulante		15.621	337	15.976	337
Passivo não circulante		69.802	85.000	191.324	85.000

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	85.148	85.148
(+) Atualização monetária / juros	12.496	12.496
(+) Amortização do custo de captação	54	54
(-) Pagamento de encargos financeiros	(12.361)	(12.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	85.337	85.337
Circulante	337	337
Não Circulante	85.000	85.000
(+)Reclassificação	-	121.952
(+)Atualização monetária / juros	13.184	25.971
(+) Amortização do custo de captação	54	120
(-) Pagamento de encargos financeiros	(13.152)	(26.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	85.423	207.300
Circulante	15.621	15.976
Não Circulante	69.802	191.324

- a) Em 13 de dezembro de 2013, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento particular de contrato de distribuição pública com esforços restritos de colocação (1a. Emissão) de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., no valor de R\$85.000, por meio da emissão de 8.500 debêntures, com valor unitário de R\$10 (“Valor Nominal Unitário”). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento em 13 de dezembro de 2020. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de R\$381 em 31 de dezembro de 2013. Este valor será amortizado mensalmente em 48 parcelas durante a vigência do contrato. O valor nominal unitário será amortizado em 48 parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas todo dia 13 de cada mês, a partir de 13 de janeiro de 2017, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 47ª, a razão de 1,489996% do valor nominal líquido, e a 48ª parcela a razão de 29,969996%, totalizando assim 100% de amortização do Valor Nominal. A remuneração será paga da seguinte forma: i) com relação às seis primeiras parcelas, estas serão pagas semestralmente, a partir de 13 de junho de 2015; e ii) as demais parcelas seguintes serão pagas mensalmente, nas mesmas datas de pagamento da parcela de amortização a partir do dia 13 de janeiro de 2017. E a atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,80% a.a..

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Em 19 de abril de 2016, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento Particular de Escritura Pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$122 milhões, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão (“Valor Nominal Unitário”). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de: R\$203 (Comissão de Distribuição e Garantia Firme do Banco Bradesco) + R\$63 (comissão de estruturação do Banco Bradesco) + R\$285 (Custas e Emolumentos de 4 cartórios distintos para registro de todos os documentos da operação, inclusive garantias) + R\$150 (honorários advocatícios e de peritos) O valor nominal unitário será amortizado semestralmente, a 1ª parcela em 22 de junho de 2018, a 2ª parcela em 22 de dezembro de 2018, a 3ª parcela em 22 de junho de 2019, a 4ª parcela em 22 de dezembro de 2019, a 5ª parcela em 22 de junho de 2020, a 6ª parcela em 22 de dezembro de 2020, a 7ª em 22 de junho de 2021 e a 8ª em dezembro de 2021 (data de vencimento), sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A Remuneração será paga, a partir da data de emissão, em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de junho de 2016 e o último pagamento na data de vencimento (ou na data em que ocorrer a declaração do vencimento antecipado ou o resgate antecipado facultativo total das ebêntures). A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e *juros de 2.85% a.a.*

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, decorrentes do pagamento das mensalidades devidas pelos alunos da Unifran, pagas mediante depósito na conta vinculada ou por meio de cartões de crédito da bandeira VISA, no valor de R\$404. A Companhia, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, também cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a conta corrente de titularidade da cedente, pela qual circularão os recebíveis, no montante de R\$4.404.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente de forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, a Companhia e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo alienaram fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, ações ordinárias de emissão da Unifran, correspondentes a 100% do capital social da Unifran, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" celebrado entre a Companhia, o garantidor e o agente fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	15.198	39.598
2019	15.198	39.598
2020	39.406	63.806
Acima de 2020	-	48.322
Total	69.802	191.324

12. Obrigações trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários a pagar	9.762	8.783	18.942	17.398
Provisão para férias e encargos	4.315	3.653	14.854	14.238
FGTS a recolher	856	688	2.664	2.751
INSS a recolher	2.078	1.764	7.034	5.886
Outras obrigações	72	64	142	212
Total	17.083	14.952	43.636	40.485

13. Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF a recolher	2.890	2.300	7.600	6.109
Impostos retidos	638	584	1.034	1.430
ISS a recolher	1.010	929	4.018	3.423
IRPJ e CSLL	-	-	2.158	2.553
PIS e COFINS a recolher	256	290	950	698
Parcelamentos	214	320	37.999	41.499
Total	5.008	4.423	53.759	55.712
Passivo circulante	4.869	4.194	21.270	20.108
Passivo não circulante	139	229	32.489	35.604

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	FASS	Colégio	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	650	49.866	132	237	1.475	6.323	1.450	561	265	60.959
(-) Pagamentos	-	(10)	-	-	(321)	-	-	-	-	(331)
Multa	130	-	6	9	-	-	208	91	65	509
Juros	505	-	42	161	-	-	1.213	15	-	1.936
Encargos	140	-	-	-	-	-	154	-	-	294
Saldo consolidado	1.425	49.856	180	407	1.154	6.323	3.025	667	330	63.367
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	-	-	(334)	-	-	-	-	(10.331)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	180	407	820	6.323	3.025	667	330	44.471
(+) Atualização	221	20.032	24	58	720	5.336	827	7	12	27.237
(-) Pagamentos	(597)	(19.521)	(204)	(251)	(1.118)	(7.766)	(3.849)	(241)	(162)	(33.709)
Saldos a pagar em 31/12/2016	416	32.438	-	214	422	3.893	3	433	180	37.999

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	FASS	Colégio São Sebastião	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	1.406	49.866	132	237	18.475	6.323	1.450	484	265	78.638
(-) Pagamentos	-	(10)	-	-	(3.066)	-	-	-	-	(3.076)
Multa	508	-	6	9	-	-	208	91	65	887
Juros	882	-	42	161	-	-	1.213	15	-	2.313
Encargos	307	-	-	-	-	-	154	-	-	461
Saldo consolidado	3.103	49.856	180	407	15.409	6.323	3.025	590	330	79.223
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(1.261)	(9.364)	-	-	(5.227)	-	-	-	-	(15.852)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	1.842	31.927	180	407	10.182	6.323	3.025	590	330	54.806
(+) Atualização	296	17.459	21	57	7.123	4.672	971	70	10	30.679
(-) Pagamentos	(1.532)	(15.417)	(119)	(144)	(16.573)	(6.456)	(3.524)	(139)	(82)	(43.986)
Saldos a pagar em 31/12/2015	606	33.969	82	320	732	4.539	472	521	258	41.499

- a) A controlada UNICID aderiu ao parcelamento pela Lei Nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, onde foi instituído o Programa de Parcelamento Incentivado PPI, destinado a promover a regularização de débitos tributários, inclusive os inscritos na dívida ativa em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2004. Sobre este parcelamento incide atualização monetária e juros de mora por mês, e pode ser liquidado em até 120 parcelas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, as controladas Unicid e Unifran aderiram ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.

Em 18 de junho de 2015 através da Lei 12.996 ocorreu a reabertura dos benefícios oferecidos inicialmente pela Lei nº 11.941, referente aos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, sendo que em 22 de agosto de 2015 a controladora CSE efetuou a migração ao parcelamento, sendo em 60 parcelas mensais em débitos previdenciários.

- c) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controladora aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.
- d) Parcelamento PAEX: Em 29 de setembro de 2006, a controlada Módulo aderiu ao parcelamento do PAEX, determinado no art.1º da MP 303, que permitiu as companhias parcelarem a totalidade dos débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), em até 130 prestações mensais e sucessivas, sendo que a adesão ao parcelamento implicará na confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos existentes, sujeitando-se as companhias à aceitação plena de todas as condições estabelecidas na MP 303/2006. Conforme mencionado, a controlada aderiu ao parcelamento em 130 parcelas, com redução de 50% referente a multa de mora, sendo que o parcelamento será atualizado com base na incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Parcelamento Ordinário - Federal Dívida Ativa: A controlada FASS aderiu em 30 de Setembro de 2011 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e juros, suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC acumulada com base no mês da adesão. A mesma controlada aderiu em 12 de fevereiro de 2015 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC/mês. A controlada Colégio São Sebastião aderiu em 28 de novembro de 2015 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC.

14. Partes relacionadas

Controladora

	<u>31/12/2016</u>		
	<u>Ativo</u>		
Com controladas			
UDF (b)		<u>750</u>	
		<u>750</u>	

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Outras partes relacionadas			
Motriz Participações Ltda.	-	(337)	(183)
FP incorporadora Ltda. (a)	-	(3.410)	(3.150)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	-	(4.532)	(5.381)
	-	<u>(8.279)</u>	<u>(8.714)</u>
	<u>750</u>	<u>(8.279)</u>	<u>(8.714)</u>

Consolidado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Outras partes relacionadas		
Motriz Participações Ltda.	(2.907)	(1.891)
FP incorporadora Ltda. (a)	(3.410)	(3.150)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	(6.721)	(5.381)
	<u>(13.038)</u>	<u>(10.422)</u>

(a) Refere-se as despesas de aluguéis dos seguintes imóveis: Campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes e Clínica Veterinária.

(b) Refere-se a empréstimo para controladora UDF, realizado em 29 de dezembro de 2016, recebido em 02 de janeiro de 2017.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de aluguéis foram celebrados considerando os preços cobrados na média por imóveis do mesmo porte e na mesma região, baseados em laudos emitidos por empresas especializadas.

Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração entre os administradores. Na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de maio de 2016, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia. Em dezembro de 2016, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$4.410(R\$4.736 em dezembro de 2015), a qual está dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

15. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	5.109	4.553	6.851	6.574
Processos tributários	-	42	-	212
Processos trabalhistas	1.173	359	11.522	11.123
Total	6.282	4.954	18.373	17.909

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.869	1	1.070	5.940
Adições / (Reversões)	(316)	41	(711)	(986)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.553	42	359	4.954
Adições / (Reversões)	556	(42)	814	1.328
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.109	-	1.173	6.282

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.416	167	9.384	15.967
Adições por aquisição da CEUNSP	6	-	1.197	1.203
Adições / (Reversões)	152	45	542	739
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.574	212	11.123	17.909
Adições / (Reversões)	277	(212)	399	464
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.851	-	11.522	18.373

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$ 6.851 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ R\$6.574 em 31 de dezembro de 2015).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2007 contra a Módulo, Unicid e Cruzeiro do Sul, e diversas outras universidades questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$1.900 para suportar perdas nesse processo.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Ministério Público Federal ajuizou também ação civil pública em 2005 contra a controlada Módulo com o intuito de que o Poder Judiciário analisasse todas as cláusulas do contrato de prestação de serviços educacionais da época e sua adequação à legislação consumerista. Foi proferida sentença determinando a anulação de algumas cláusulas do contrato de prestação de serviços da época e determinando alterações nas mesmas. Interposto recurso de apelação pelo Ministério Público Federal, foi dado provimento para determinar que as mensalidades cobradas pela instituição sejam proporcionais à quantidade de horas e disciplinas cursadas para os alunos cursando dependências e adaptações. A instituição interpôs recurso, que aguarda julgamento, sendo que o valor histórico dado à causa é de R\$200, entretanto o valor de eventual perda só poderá ser calculado em liquidação de sentença e será equivalente aos prejuízos eventualmente causados a alunos e ex-alunos com base nas cláusulas que estariam em desacordo com a lei consumerista, de acordo com a sentença.

A Companhia figura como ré em ação cível proposta pelos proprietários de imóvel locado onde funciona atualmente o campus Liberdade da Universidade Cruzeiro do Sul. A ação visa a revisão do aluguel mensal vigente. A sentença fixou novo valor de aluguel, que passou a ser pago pela Companhia após referido arbitramento. Foi interposto recurso pela Companhia, que está pendente de julgamento. De acordo com o parecer dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda provável é estimado em R\$2.709, devidamente provisionado.

Processos tributários com perda provável

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e para suportar as prováveis perdas com essas causas e, com base no critério dos consultores, a Administração estomou toda a provisão (consolidado) para perdas prováveis em 31 de dezembro de 2016 (R\$212 em 31 de dezembro de 2015). As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes a imunidade tributária de tributos federais e contribuições sociais, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Programa de Integração Social - PIS.

Há ainda 12 execuções fiscais ajuizadas contra a controlada Unicid para cobrança de contribuições previdenciárias, tributos municipais e federais, no período de 1998 a 2008 referentes a (a) contribuições previdenciárias, competência de 07/2002 a 10/2002, (b) IRPJ, IRRF e CSLL referentes ao período de 07/2003 a 02/2008; (c) PIS/ COFINS referente ao período de 07/2003 a 02/2008; (d) IRPJ referente ao período de 01/1998 a 12/1998; (e) taxa do lixo referente ao ano de 2003; e (e) ISS, somando o valor histórico de R\$32.937. Esses processos se encontram com exigibilidade suspensa perante a Procuradoria Geral da Fazenda, Receita Federal e Prefeitura Municipal de São Paulo por conta de adesão a programas de parcelamento e vêm sendo quitados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$11.522 em 31 de dezembro de 2016 (R\$11.123 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre os principais processos classificados como perda provável destacam-se:

Ação movida por ex-docente contra a Unicid pleiteando descanso semanal remunerado - DSR, adicional noturno, horas extra, diferenças salariais e reflexos. Foi provisionado o valor de R\$957 para esse processo. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unicid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Ação movida por ex-docente contra a Unicid pleiteando descanso semanal remunerado - DSR, adicional noturno, adicional de insalubridade, férias vencidas, horas extra, intervalo intrajornada e interjornada e respectivos reflexos e ainda indenização por supostos danos morais sofridos. Foi provisionado o valor de R\$1.522 para esse processo. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unicid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Ação movida por ex-empregado contra a Unicid pleiteando pensão e indenização por danos morais e estéticos decorridas de alegado acidente de trabalho, danos morais por suposto assédio moral, adicional de periculosidade e acúmulo de função e respectivos reflexos. Foi provisionado o valor de R\$980 para esse processo.

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2016, existiam: (a) 64 processos de natureza cível, no valor total estimado em R\$582, (b) 26 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$4.041, que referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unicid, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unicid, respeitadas algumas negociadas entre as partes no contrato de compra e venda de 100% das quotas da Unicid.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Da totalidade dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2016, 43 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$1.476, referem-se integralmente ou predominantemente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Companhia, anteriores à aquisição pela controladora atual da Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, que excedam o valor de R\$14.000, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	1.333	894	8.955	7.299
Processos tributários	22.815	15.504	36.142	27.091
Processos trabalhistas	2.003	667	7.690	12.697
Total	26.151	17.065	52.787	47.087

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$8.955 (R\$7.299 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Há processo movido contra a controlada Unucid por advogados que alegam ter prestado serviços para a Unucid e não teriam recebido a devida remuneração em contrapartida, no valor total de R\$2.064. Processo encontra-se em fase de instrução. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unucid pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$36.142 em 31 de dezembro de 2016 (R\$27.091 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre os principais processos podemos destacar:

A Prefeitura Municipal de São Paulo lavrou autos de infração e execução fiscal em face da Companhia alegando suposta perda de imunidade tributária em período em que a Companhia era organizada como instituição sem fins lucrativos, objetivando a cobrança de ISS, respectivos juros e multa, referentes ao exercício de 2011. A Companhia apresentou impugnação e aguarda-se a decisão. Os consultores jurídicos avaliaram o risco de perda possível estimado em R\$4.804.

Dentre vários processos tributários com risco de perda possível, destacamos auto de infração contra a Companhia, que discute o recolhimento de COFINS do período de Jan/97 a Dez/01 no valor histórico de R\$2.424.

Há ainda 9 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a Companhia discutindo verbas que devem integrar a base de cálculo e imunidade tributária, para fins de recolhimento de contribuições sociais, previdenciárias e PIS e COFINS, com prognóstico de perda possível no valor estimado de R\$13.642.

Há 10 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a controlada Unifran discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$11.781. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unifran pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações por aquisições de participações societárias

	Consolidado		
	MÓDULO	UNIFRAN	Total
Saldos em 31/12/2014	-	-	-
(+) Aquisição	11.033	116.550	127.583
(+) Juros	-	26	26
(-) Pagamento	(11.033)	(101.550)	(112.583)
Saldos em 31/12/2015	-	15.026	15.026
Passivo circulante	-	5.026	5.026
Passivo não circulante	-	10.000	10.000
(+) Aquisição	-	1.054	1.054
(+) Juros	-	(5.357)	(5.357)
(-) Pagamento	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	-	10.723	10.723
Passivo circulante	-	3.223	3.223
Passivo não circulante	-	7.500	7.500

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 68.372 (R\$ 30.489 em 31 de dezembro de 2015) composto por 7.633.056 (7.661.456 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	2.272.183	29,77%	2.272.183	29,66%
Fundo de Investimento e Participações Alfa 7	2.272.183	29,77%	2.272.183	29,66%
Astic ED Fundo de Investimento em Participações	2.829.799	37,07%	2.829.799	36,94%
Outros	258.891	3,39%	272.751	3,56%
Ações em tesouraria	-	0,00%	14.540	0,19%
	7.633.056	100%	7.661.456	100%

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Em 30 de janeiro de 2014, foi exercida a opção de subscrição de ações, sendo emitidas 33.003 novas ações, subscritas pelo valor de R\$95, cada ação, totalizando R\$3.150. Desse montante, R\$33 compõem o capital social e R\$3.117 a reserva de capital. O exercício dessa opção de subscrição de ações faz parte do preço de compra da Unifran.
- ii. Em 20 de maio de 2015, houve aumento de capital no montante de R\$30.000, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.661.456 ações.
- iii. Em 01 de maio de 2016, houve aumento de capital de R\$37.883, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.661.456 ações.
- iv. Em 31 de outubro de 2016, houve cancelamento de ações em tesouraria, alterando o número de ações para 7.633.056 ações.

b) Ações em tesouraria

Durante o ano de 2015 a Companhia efetuou a aquisição de 14.540 ações, no montante de R\$1.463, mantidas em tesouraria.

Em 16 de março de 2016, a companhia efetuou a aquisição de 13.860 novas ações no montante de R\$1.526.

Em 31 de outubro de 2016, houve o cancelamento das 28.400 ações mantidas em tesouraria.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	76.181	80.926
Apropriação para reserva legal (i)	(3.809)	(4.046)
Base para dividendo mínimo obrigatório	72.372	76.880
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	18.093	19.220
Destinação para a reserva de retenção de lucros	40.054	19.777
Reserva para futuro aumento de capital (ii)	14.225	37.883

- (i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social;
- (ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$14.225 (R\$37.883 em 31 de dezembro de 2015) do saldo da reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 2016 a Companhia aprovou distribuição de dividendos adicional de R\$ 5.980 (R\$ 5.462 em 2015).

18. Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	76.181	80.926
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.656.710	7.661.456
Lucro por ação em R\$	9,95	10,56

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

19.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 10 e 11, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2016, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2016:

Cenário em 31 de dezembro de 2016 (Controladora)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Provável (CDI – 13,25%)</u>	<u>Variação de 25%</u>	<u>Variação de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	8.368	9.477	9.163	8.849
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	61.569	69.727	72.037	74.346
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	85.423	96.742	99.946	103.151

Cenário em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Provável (CDI – 13,25%)</u>	<u>Variação de 25%</u>	<u>Variação de 50%</u>
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	43.878	49.692	48.046	46.400
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	75.004	84.942	87.756	90.569
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	207.300	234.767	242.544	250.321

Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2015							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	45.486	9.336	19.202	74.024	174.479	14.711	25.269	214.459
Debêntures	337	15.198	69.802	85.337	337	15.198	69.802	85.337
Fornecedores	5.976	-	-	5.976	14.647	-	-	14.647
Obrigações tributárias	4.194	210	19	4.423	20.108	11.028	24.576	55.712
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	5.026	5.000	5.000	15.026
Total	55.993	24.744	89.023	169.760	214.597	45.937	124.647	385.181

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	31/12/2016							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	27.217	20.852	13.500	61.569	33.510	26.700	14.794	75.004
Debêntures	15.621	30.396	39.406	85.423	15.976	79.195	112.129	207.300
Fornecedores	8.474	-	-	8.474	20.204	-	-	20.204
Obrigações tributárias	4.869	139	-	5.008	21.270	16.311	16.178	53.759
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	3.223	5.000	2.500	10.723
Total	56.181	51.387	52.906	160.474	94.183	127.206	145.601	366.990

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	74.467	225.572
Derivativos	537	(11.113)
Debêntures	207.300	85.337
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(43.878)	(36.053)
(=) Dívida líquida	238.426	263.743
Patrimônio líquido	312.947	262.365
Dívida líquida e patrimônio líquido	551.373	526.108

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8.368	4.088	8.368	4.088
Contas a receber	27.162	31.353	27.162	31.353
Total	35.530	35.441	35.530	35.441
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	61.346	79.750	63.926	81.541
Derivativos	223	(5.726)	225	(5.726)
Debêntures	85.423	85.337	89.142	87.402
Fornecedores	8.474	5.976	8.538	5.976
Total	155.466	165.337	161.831	169.193

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	45.665	36.053	45.665	36.053
Contas a receber	112.246	110.243	112.246	110.243
Total	157.911	146.296	157.911	146.296
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	74.467	225.572	79.680	231.031
Derivativos	537	(11.113)	537	(11.113)
Debêntures	207.300	85.337	217.116	87.402
Fornecedores	20.204	14.647	20.357	14.647
Obrigações por aquisição de participação societária	10.723	15.026	10.804	15.026
Total	313.231	329.469	328.495	336.993

19.2 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	25.494	-	25.494	-	44.020	-	44.020
Derivativos	-	537	-	537	-	(11.113)	-	(11.113)
	-	26.031	-	26.031	-	32.907	-	32.907

19.3 Instrumentos financeiros derivativos

As operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares americanos) convertendo a dívida em moeda local.

Operações desta natureza foram contratadas pela primeira vez no ano de 2015 e consideraram os mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeiras ("contraparte"). Em 31 de dezembro de 2016 o valor referência dos contratos em aberto era R\$19.111.

As operações de hedge contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), a dívida objeto da proteção é também considerada ao seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado			
		Valor de referência	Valor de referência	Valor justo	Valor justo
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Objeto de hedge - dívida (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	19.111	31.543	25.494	44.020
		19.111	31.543	25.494	44.020
Ponta ativa swap (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	(19.111)	(31.543)	(24.956)	(44.015)
Ponta passiva swap (CDI + spread)	CDI + 2,94% a.a.	19.111	31.543	25.494	32.902
Posição hedge líquida a pagar / (a receber)		-	-	537	(11.113)
Empréstimos e financiamentos, líquido (apenas contratos protegidos)		-	-	26.031	32.907

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido e o saldo a receber pelo seu valor justo era de R\$537 em 31 de dezembro de 2016 e está registrado na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos swaps de cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda também divulgadas pela BM&FBovespa.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

Descrição	Contraparte	Valor de referência	Vigência	2016	2015
				Ao valor justo	Ao valor justo
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 1.042	01/12/2015 a 01/04/2016	-	896
Swap cambial USD x CDI	Bradesco	USD 5.000	29/07/2015 a 25/07/2016	-	4.830
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	12/11/2015 a 12/02/2020	(314)	5.387
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	20/01/2016 a 22/01/2018	(223)	-
				<u>(537)</u>	<u>11.113</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.181	80.926	77.537	81.683
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(25.901)	(27.515)	(26.363)	(27.772)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(13.607)	(10.600)	(21.242)	(15.653)
Exclusões:				
Outras exclusões	1.564	767	4.031	1.887
Equivalência patrimonial	37.944	37.348	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	2.278	4.683
Isonção - PROUNI	-	-	39.940	36.098
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	-	-	(1.356)	(757)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(1.356)	(757)
	-	-	(1.356)	(757)

(i) As principais adições são oriundas das provisões para demandas judiciais e a amortização de intangíveis alocados em combinações de negócios das controladas diretas SECID, ACEF e das indiretas FASS, COLÉGIO e CEUNSP, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 (provisão) e 386 (ágio), não são despesas dedutíveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta				
Cursos de graduação	362.683	281.072	1.330.236	932.484
Cursos de pós-graduação	45.793	48.045	68.508	66.489
Cursos técnicos e colégio	13.978	17.369	42.938	37.914
Outras receitas	3.420	3.585	8.181	6.687
	425.874	350.071	1.449.863	1.043.574
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(161.047)	(106.354)	(543.468)	(321.591)
Devoluções de mensalidades e taxas	(2.234)	(5.296)	(6.814)	(12.178)
Tributos	(8.808)	(8.314)	(26.051)	(20.822)
Receita líquida	253.785	230.107	873.530	688.983

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos sociais	(131.937)	(118.867)	(415.183)	(323.039)
Depreciação de imobilizado	(4.040)	(3.955)	(16.687)	(12.641)
Amortização do software	(1.639)	(1.940)	(2.724)	(2.436)
Amortização do intangível	-	-	(12.886)	(10.387)
Aluguel e condomínio	(23.489)	(23.483)	(62.297)	(52.826)
Energia elétrica, água e telefone	(4.009)	(3.877)	(12.939)	(10.440)
Utilidades, limpeza e segurança	(6.581)	(6.058)	(18.576)	(12.767)
Publicidade e propaganda	(20.011)	(14.700)	(32.399)	(24.891)
Serviços de terceiros	(23.233)	(17.296)	(64.678)	(44.223)
Manutenção e reparos	(3.758)	(5.027)	(10.328)	(9.090)
Materiais de consumo	(4.582)	(3.189)	(13.173)	(7.611)
Provisão para demandas judiciais	(1.328)	986	(464)	(739)
Custos com parceria	(17.960)	(20.218)	(22.969)	(22.975)
Custos pedagógicos	(2.217)	(2.811)	(5.397)	(4.607)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.679)	(12.725)	(35.943)	(31.061)
Outras	(4.499)	(10)	(12.830)	(2.795)
	(261.962)	(233.170)	(739.473)	(572.528)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(182.918)	(165.509)	(525.566)	(403.730)
Despesas gerais e administrativas	(59.286)	(52.865)	(147.368)	(117.729)
Depreciação e amortização	(5.679)	(5.895)	(32.297)	(25.464)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.679)	(12.725)	(35.943)	(31.061)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.400)	3.824	1.701	5.456
	(261.962)	(233.170)	(739.473)	(572.528)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

23.1. Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	544	140	4.714	2.353
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	1.170	913	2.267	1.859
Outras receitas	29	193	63	550
Total das receitas financeiras	1.743	1.246	7.044	4.762

23.2. Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(1.054)	(26)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(537)	(638)	(2.372)	(1.924)
Tarifas bancárias	(1.671)	(1.226)	(4.999)	(3.802)
IOF	(50)	(305)	(330)	(501)
Juros bancários e multas	(1.752)	466	(5.643)	(3.619)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(24.975)	(25.402)	(49.166)	(29.662)
Total despesas financeiras	(28.985)	(27.105)	(63.564)	(39.534)

24. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dentro de um ano	55.918	51.308
Após um ano, mas menos de cinco anos	182.162	205.234
Mais de cinco anos	232.864	307.850
	<u>470.943</u>	<u>564.392</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam os compromissos referentes a arrendamentos mercantis financeiros:

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.042	841	1.259	1.010
Entre um e cinco anos	168	150	871	763
Total arrendamento mercantil	1.210	992	2.130	1.773
Encargos financeiros	(218)	-	(357)	-
Valor presente	992	992	1.773	1.773

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	4.781	3.765	5.732	5.732
Entre um e cinco anos	1.456	1.225	4.199	2.355
Total arrendamento mercantil	6.238	4.990	9.931	8.087
Encargos financeiros	(1.248)	-	(1.844)	-
Valor presente	4.990	4.990	8.087	8.087

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Importância segurada	
	31/12/2016	31/12/2015
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	357.792	288.291
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	14.145
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	1.500	3.000
Danos elétricos	1.000	2.684
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	20.000	-
Outros	3.623	17.091
	390.915	325.211

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

- i) Em 20 de março de 2017, a controlada CEUNSP celebrou um Compromisso de Venda e Compra de Bem Imóvel e Outras Avenças com Motriz Participações Ltda., que resultará na venda do imóvel localizado no Município de Salto, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Vieira Tavares, nº 73, Centro, objeto da matrícula nº 32.877 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salto, após a quitação integral do preço. O preço total é de R\$ 25.500, a serem pagos por meio de um sinal, trinta dias após a assinatura, e oito parcelas semestrais, sendo a última no valor do saldo remanescente a ser paga em 22 de dezembro de 2021. Os valores serão corrigidos de acordo com a variação do IGP-M/FGV até a data do efetivo pagamento de cada parcela. A propriedade do imóvel só será transferida após a quitação integral do preço. Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da controlada ACEF, em 2 de março de 2017, na qual estes aprovaram a assinatura do compromisso.
- ii) Em 21 de março de 2017, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual a Actis ED Fundo de Investimento em Participações e acionistas minoritários, detentores no total de 3.088.690 ações, que representavam 40,46% do Capital Social da Companhia, transferiram a totalidade dessas ações para Archy, LLC, sociedade constituída e existente sob as leis do Estado de Delaware, nos Estados Unidos da América. Na mesma data, os acionistas Fundo de Investimento em Participações Alfa 7 e D2HFP Fundo de Investimento em Participações transferiram 114.496 ações de sua titularidade, representando um total de 1,5% do Capital Social para cada, para Archy, LLC, permanecendo detentores em conjunto de 4.315.374 ações, representando cerca de 56% do Capital Social da Companhia. Portanto não houve alteração no controle da Companhia. A operação foi realizada sem emissão de novas ações, permanecendo o Capital Social no valor de R\$68.372. A Archy LLC transferiu os direitos e obrigações do Contrato para Cruzeiro Participações S.A, sociedade anônima com sede no Brasil, na Cidade de São Paulo.